



Anais da Assembléia

Nº 85

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Clerton Kleise - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 08: Algaci Túlio - Antonio Bellinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermes Brandão; PFL - 08: Carlos Simões - Nelson Garcia - Rony Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Riche - César Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Joselito Canto.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 14.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1995
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Aníbal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Edgard Bueno.

Às onze horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Não há Expediente a ser lido.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA,
 com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 113/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 17/95, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 1996. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.. SUBSTITUTIVO GERAL APRESENTADO PELA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 113/95

REDAÇÃO FINAL
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1996, compreendendo:

I - As prioridades da Administração Estadual;

II - A organização e as estruturas dos orçamentos;

III - As diretrizes para elaboração dos orçamentos do Estado;

IV - As disposições sobre as alterações na Legislação Tributária referentes ao exercício.

V - Outras disposições.

CAPÍTULO I

Das Prioridades da Administração Estadual

Art. 2º - Constituem prioridades no Governo Estadual:

I - A definição e consolidação de uma estrutura básica para o Paraná, ao longo de um ano de integração;

II - O desenvolvimento sustentado do Paraná, através de políticas públicas convergentes nas áreas de meio ambiente, saneamento, energia, agricultura, industrialização, turismo, desenvolvimento de cidades, ciência e tecnologia.

III - O desenvolvimento humano no Paraná, através do atendimento pleno às necessidades básicas da população nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer, habitação, segurança, justiça, cidadania, abastecimento, cultura, atenção à criança e à família, geração de empregos e de renda.

IV - Efetividade na Gestão Pública, através de ações integradas entre Governo e Sociedade, dispondo de recursos de forma a criar altos e crescentes níveis de produtividade e competitividade no Paraná.

Art. 3º - As prioridades definidas no artigo anterior e seus detalhamentos, terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos de 1996, observadas as ações constantes no Anexo desta lei.

CAPÍTULO II

Da Organização e das Estruturas dos Orçamentos

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto dos Anexos I, II, III, IV, V e VI, que conterão:

I - Legislação e resumos da receita referentes ao orçamento fiscal, próprio da administração indireta e de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista;

II - Resumos gerais da despesa, segundo as fontes de recursos;

III - Orçamento Fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, a que se refere o art. 133, § 6º, I da Constituição Estadual;

IV - Orçamento Próprio de Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial, a que se refere o art. 133, § 6º, II da Constituição Estadual;

V - Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, a que se refere o art. 133, § 6º, III da Constituição Estadual;

VI - Programas de Obras, compreendendo o Detalhamento Físico e Financeiro de Obras, previstas nos três orçamentos.

Art. 5º - O Orçamento Fiscal e o Próprio das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional programática, observando o seguinte desdobramento:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida Pública

Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida Pública

Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista será apresentado por empresa e terá a despesa discriminada segundo a classificação funcional programática.

Art. 7º - O Detalhamento Físico e Financeiro de Obras, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 02 de 15 de dezembro de 1993, será apresentado conforme modelo anexo a este projeto de lei.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes para a Elaboração dos Orçamentos do Estado

SEÇÃO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 8º - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas serão fixadas segundo os preços vigentes em 1º de julho de 1995 (base de correção relativa a 30 de junho de 1995).

§ 1º - As despesas custeadas com fi-

nanciamentos em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 1995.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante aplicação de índice de variação de preços no período de julho (inclusive) e novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1995, de acordo com critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Art. 9º - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 10 - As receitas de Órgãos, dos Fundos, Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e bens públicos.

Art. 11 - A programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, e cuja viabilidade técnica seja inequívoca, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua conclusão.

Art. 12º - O Projeto de Lei Orçamentária para 1996, deverá conter, além do determinado no inciso III, do art. 22 da Lei nº 4.320/64, a exposição circunstancial da situação econômica e financeira do Estado, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos e créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificação da política econômica financeira do Governo; justificação da receita e despesa, particularmente no tocante a orçamento de capital e destinará recursos do Tesouro Geral do Estado aos Órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - Ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 1995;

II - Ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição do Estado do Paraná, e da Lei que vier a regulamentá-lo.

III - Ao Orçamento do Poder Legislati-

vo, compreendendo a Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado, correspondente a até 5% (cinco por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas;

IV - Ao orçamento do Poder Judiciário, compreendendo Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada do Estado, correspondente a até 8,0% (oito vírgula zero por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, dos quais, pelo menos 8,5% (oito vírgula cinco por cento) corresponderão a Despesa de Capital;

V - Ao orçamento do Ministério Público, correspondente a até 2,0% (dois vírgula zero por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as Receitas vinculadas, dos quais, pelo menos 8,5% (oito vírgula cinco por cento) corresponderão à Despesa de Capital;

VI - As despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

VII - Ao pagamento do serviço da dívida pública;

VIII - As contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - A programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, inclusive os previstos na Constituição do Estado do Paraná no artigo 142 e artigo 58 das Disposições Transitórias.

X - A manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondentes a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

XI - Ao custeio do plano complementar ao Sistema Único de Saúde a que se referem as Leis Estaduais n.ºs 10.219 de 21 de dezembro de 1992 e 10.533 de 30 de novembro de 1993.

§ 1º - Os recursos remanescentes de que trata o "caput" deste artigo serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir:

.Chefia do Poder Executivo.....	até 8%
.Secretaria de Estado da	
Ciência, Tecnologia e En-	
sino Superior.....	até 2%
.Procuradoria Geral do Es-	
tado.....	até 1%
.Secretaria de Estado do	
Planejamento e Coordenação	
Geral.....	até 6%
.Administração Geral do	
Estado-Recursos sob Super-	
visão da SEPL.....	até 14%
.Secretaria de Estado da	

Curitiba, quinta, em 29.06.95

Comunicação Social.....	até 2%
.Secretaria de Estado da	
Administração.....	até 12%
.Secretaria de Estado da	
Fazenda.....	até 6%
.Administração Geral do	
Estado-Recursos sob Super-	
visão da SEFA.....	até 2%
.Secretaria de Estado da	
Cultura.....	até 3%
.Secretaria de Estado da	
Segurança Pública.....	até 20%
.Secretaria de Estado de	
Saúde.....	até 30%
.Secretaria de Estado da	
Justiça e da Cidadania.....	até 10%
.Secretaria de Estado da	
Agricultura e do Abasteci-	
mento.....	até 18%
.Secretaria de Estado do	
Desenvolvimento Urbano.....	até 4%
.Secretaria de Estado dos	
Transportes.....	até 25%
.Secretaria de Estado do	
Meio Ambiente.....	até 10%
.Secretaria de Estado do	
Esporte e Turismo.....	até 2%
.Secretário Especial da	
Política Habitacional.....	até 14%
.Ouvidor Geral do Estado.....	até 0,5%
.Secretaria de Estado da	
Ind., Com. e Desenvolvi-	
mento Econômico.....	até 2%
.Secretaria da Chefia de	
Gabinete do Governador.....	até 1%
.Secretaria de Estado do	
Governo.....	até 1%
.Secretaria de Estado da	
Criança e Assuntos da Fa-	
mília.....	até 8%
.Secretaria de Estado do	
Emprego e Relações do Tra-	
balho.....	até 2%
.Secretaria de Estado de	
Obras Públicas.....	até 1%

§ 2º - Os recursos de que trata o parágrafo anterior serão alocados prioritariamente na manutenção e custeio dos órgãos, bem como nas contrapartidas de convênios e acordos firmados com entidades e organismos privados e públicos, nacionais e internacionais.

§ 3º - Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso de extinção da função, serão remanejados mediante autorização do Poder Legislativo, por ato do Poder Executivo aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 13 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com ou-

tras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer qualquer desvinculação por lei.

SEÇÃO II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 14 - O Orçamento Fiscal para 1996 fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Geral do Estado com um valor estimado preliminar de R\$ 3.400.000.000,00 (três bilhões e quatrocentos milhões de reais), a preços de 1º de julho de 1995.

§ 1º - O Orçamento Fiscal conterá as cotas de receitas a serem transferidas para as Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

§ 2º - As Propostas Orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão elaboradas, respectivamente, pela Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral de Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, nos prazos estabelecidos nas instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 15 - O Orçamento Fiscal terá as despesas com pessoal e encargos sociais fixados até 65% (sessenta e cinco por cento) do valor anual das receitas correntes, de acordo com o disposto nos artigos 38 e 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

Art. 16 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórias judiciais, contrapartidas de programas financiados e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Art. 17 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no Orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 18 - O Orçamento Fiscal conterá a previsão de recursos necessários para cumprimento ao disposto no artigo 137, Parágrafo Único da Constituição Estadual.

SEÇÃO III

Das Diretrizes Específicas do Orçamento Próprio da Administração Indireta

Art. 19 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta, relativo às Autarquias, às Fundações e aos Órgãos de Regime Especial, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, bem como suas aplicações.

Art. 20 - Os montantes das despesas dos orçamentos próprios não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

Art. 21 - Os Orçamentos Próprios deverão prever o custeio de despesas com pessoal também com recursos próprios.

SEÇÃO IV

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 22 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, aplicadas na espécie investimento.

Art. 23 - Os montantes das despesas dos orçamentos de investimento não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

Art. 24 - A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária Anual à Assembleia Legislativa será acompanhada de demonstrativos que informem os montantes, por espécie de despesa, das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem subvenção do Tesouro Estadual para custeio de despesas com Pessoal e Encargos Sociais e com sua manutenção.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 25 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1995, em especial:

I - As modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;

II - A concessão e redução de isenções fiscais;

III - A revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - O aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

CAPÍTULO V

Das Outras Disposições

Art. 26 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos na forma do disposto no § 2º do art. 8º desta Lei.

Art. 27 - A Lei Orçamentária Anual indicará os critérios de atualização monetária dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, durante o período de execução orçamentária.

Art. 28 - A defasagem monetária das dotações orçamentárias, ocasionadas pela inflação, deverá ser corrigida de forma a não prejudicar a realização do programa de trabalho estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º - O Poder Executivo providenciará para tal fim, a atualização das expressões monetárias das dotações constantes do Orçamento Anual, durante sua execução, de acordo com a inflação medida mês a mês, através de índice a ser definido na proposta orçamentária.

§ 2º - As correções não poderão ultrapassar em nenhuma hipótese, os índices de crescimento da receita de arrecadação própria do Estado, mais as transferências federais.

Art. 29 - Na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações, não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais.

Art. 30 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, poderão ser apresentadas emendas desde que não:

I - Sejam incompatíveis com as disposições do § 3º, do artigo 134 da Constituição Estadual;

II - Transfiram recursos próprios das entidades referidas nas seções III e IV do Capítulo III;

III - Discriminem instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais;

IV - Incluam obras sem o respectivo detalhamento físico e financeiro, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 02, e sem a clara identificação do investimento que será cancelado para criar o recurso necessário à emenda.

V - Retirem recursos oferecidos como contrapartida de financiamentos, empréstimos, acordos, convênios e outras formas de

contrato.

Art. 31 - O Orçamento Fiscal conterá dotação específica para:

- I - Municipalização da Educação;
- II - Municipalização da Saúde;
- III - Apoio ao Transporte Escolar;
- IV - Apoio à produção agropecuária, em especial a pequena propriedade.

Art. 32 - Os recursos arrecadados, provenientes da aplicação da Lei nº 8.328/86, da Lei nº 8.521/87, da Lei nº 9.114/89, da Lei nº 10.666/93, do art. 4º, Parágrafo Único, da Lei nº 11.017/94, da Lei nº 11.035/95, serão destinados à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, especificamente para programas de assistência à infância e à adolescência.

Art. 33 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.06.95.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

A N E X O

DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS

I - Definição e consolidação de uma estrutura básica para o Estado:

a) início da implantação de um anel de integração unindo Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava, permitindo rápida circulação da riqueza gerada da conectividade física dos mercados, do intercâmbio tecnológico e da integração das comunidades, e do fortalecimento dos eixos regionais de desenvolvimento, a exemplo de:

Ponta Grossa-Castro-Jaguariaíva;
Ponta Grossa-Curitiba-Paranaguá;
Ponta Grossa-União da Vitória;
Londrina-Cornélio Procopio-Jacarezinho;
Londrina-Apucarana-Ivaiporã;
Maringá-Paranavaí;
Maringá-Cianorte-Umuarama-Guaíra;
Cascavel-Toledo-Guaíra;
Cascavel-Foz do Iguaçu;
Cascavel-Candói (Três Pinheiros)-Pato Branco-Francisco Beltrão;
Guarapuava-Pitanga.

b) investimento e complementação da infra-estrutura ao longo do anel, como: linhas-tronco de energia, de telecomunicações com fibras ópticas e de transporte, a fim de torná-lo um eixo de vida e trabalho.

c) Melhoramento contínuo da malha viária, ferroviária e portuária, de modo a

assegurar a efetiva integração do anel.

d) Implantação de "Portos Secos", dotados de terminais de carga e armazéns alfandegados que facilitarão as operações de importação e exportação nos pólos regionais.

II - Desenvolvimento Sustentado no Paraná

a) Início de implantação de pólos de desenvolvimento com prioridade às regiões economicamente deprimidas; incentivo às áreas de tecnologia, da informação e turismo; incentivo à formação e consolidação de pólos em consonância com as vocações regionais, a exemplo de:

- Noroeste: couro, confecções, seda, fruticultura mandioca.
- Norte Pioneiro: fruticultura, seda, suco-alcooleiro.
- Norte: moveleiro, têxtil, agropecuário, seda.
- Centro: madeira, moveleiro, erva-mate, fruticultura, agropecuária, agroindústrias.
- Sul: madeira, moveleiro, erva-mate, fruticultura.
- Litoral: viveiros marinhos, pesca.
- Costa Oeste e Represas: piscicultura, turismo.
- Campos Gerais: agroindústrias e agropecuária com vistas a maximização dos níveis de produtividade e competitividade.
- Sudoeste: integração da produção à agroindústria.

b) Estímulo a novos mecanismos de fomento às atividades econômicas no âmbito do Estado através da participação da iniciativa privada como agentes de desenvolvimento.

c) Expansão do programa de desenvolvimento econômico do Estado, potencializando a implantação de indústrias e serviços que complementem a cadeia produtiva local, inclusive apoiando os municípios na implantação de novos parques industriais.

d) Continuidade do programa do Paraná como centro de excelência na agricultura, através do fortalecimento da pesquisa e extensão rural consolidando o conceito do Estado como comunidade competitiva.

e) Continuidade ao Programa Paraná 12 meses, através da implantação de Vilas Rurais, apoio à pequena propriedade, fortalecimento institucional, desenvolvimento comunitário e Universidade do Campo.

f) Fortalecimento e difusão do Pólo das Américas, na região formada por Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Guaíra, bem como o incentivo a atividades e pesquisa, comércio regional, exposições nacionais e internacionais, o intercâmbio de conhecimentos e a disseminação de informações, utilizando-se da Universidade das Américas

como aglutinadora de redes formadas por centros de pesquisa públicos e privados, empresarial, patrimônio cultural, consulados, embaixadas, etc.

g) Consolidação do Centro Regional de Negócios, distribuído ao longo das cidades que compõem o eixo Londrina-Maringá.

h) Continuidade dos trabalhos de infra-estrutura, habitação, saneamento ambiental, integração do transporte metropolitano e sistemas de gestão social.

i) Aquisição de áreas para assentamento de famílias que residam em áreas de mananciais.

j) Implantação do "trading points" verdadeiros centros de exposição de comercialização e de produtos visando a disseminação de informações para negócios.

K) Início da implantação do Programa Litoral, transformando Paranaguá em centro de excelência portuária e naval; desenvolvimento de pesquisas e produtos a partir de biodiversidade da Mata Atlântica; propiciar condições para o turismo ecológico, histórico e rústico, além da manutenção e do desenvolvimento da infra-estrutura dos balneários do Litoral do Paraná; dotar de toda a infra-estrutura necessária a região envolvida pela reativação do Porto de Antonina; iniciar um projeto de apoio à produção dos pequenos e médios proprietários rurais e pescadores do Litoral e Ilhas Oceânicas; incentivar projetos de desenvolvimento de pequenas e micro-indústrias no Litoral; implementar projetos e programas de saneamento básico e ambiental, visando a manutenção das praias, mangues e áreas de preservação necessárias à preservação de um ambiente ecologicamente sustentável; implementação de uma política de saúde básica, de forma a alterar, como prioridade, o índice de mortalidade infantil do Litoral Paranaense; dar continuidade ao desenvolvimento da fruticultura, extrativismo não-predatório e da pecuária bubalina não-predatória, além de outras opções para o desenvolvimento da área rural e do Litoral Norte.

l) Início da implantação do Programa Costa-Oeste nas regiões litorâneas ao lago de Itaipu, com incentivo à piscicultura, turismo, agricultura irrigada, fruticultura, indústria de alta tecnologia, visando o MERCOSUL.

m) Promoção de ações sinérgicas, visando à maior integração do Paraná ao MERCOSUL, dinamizando em seu âmbito as relações econômicas, culturais e tecnológicas de modo a consolidar a inserção do Paraná no continente e a ressaltar suas vantagens competitivas, a exemplo do Fórum das Américas e do portal aduaneiro em Foz do Iguaçu.

n) Início da recuperação da cobertura vegetal do Estado através de programas de

IV - Efetividade na Gestão Pública

a) Descentralização administrativa, levando às cidades-pólo infra-estrutura pública, de modo a dar respostas mais ágeis às demandas da sociedade proporcionando sinergia entre os recursos financeiros, tecnológicos e humanos, entendendo a qualidade na gestão pública como indutora do processo de transformação.

b) Promoção de maior interação entre as esferas governamentais de forma a aproximar os Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público nos âmbitos municipal e federal; promoção de ações que aproximem o cidadão e o Estado.

c) Promoção de ações indutoras e facilitadoras do processo de gestão através de conceitos e enfoques diferenciados do sistema hierárquico e burocrático atual, via fomento de parcerias de tecnologia e de gerência; participação de universidades e escolas técnicas como centro de pesquisa pura e aplicada em cada região;

d) Expansão do programa de modernização da administração do Estado com uso racional e intensivo da tecnologia da informação.

e) Descentralização e desburocratização dos serviços da Junta Comercial do Paraná PROCON e IPEN, garantindo uma atuação efetiva em defesa do consumidor e do micro e pequeno empresário.

f) Expansão dos programas de organização municipal, de assistência técnica aos municípios, de capacitação de recursos humanos, bem como o fortalecimento da descentralização técnico-administrativa das unidades sociais do Estado;

g) Intensificação e reforço à área de arrecadação e fiscalização via medidas reestruturantes da gestão tributária e financeira do Estado.

h) Consolidação de mecanismos de incentivos às atividades econômicas, através de uma política orientada nas áreas creditícia e tributária.

1) Continuidade à política de desenvolvimento humano do servidor público estadual como co-partícipe da gestão, com vistas à profissionalização, dignificação e valorização de tal forma a dar um salto de qualidade nos serviços prestados pelo Estado, de maneira compartilhada.

Anexo de Instrução do Programa de Obras

Ao elaborar o orçamento para 1996, os Órgãos e Unidades, entrarão em uma tela específica para obras, no sistema COP, de acordo com instruções fornecidas no Manual para Elaboração da Proposta Orçamentária.

O Anexo do Programa de Obras será apresentado por Órgão, Unidade e Projeto/Atividade e por Região ou Município, dependendo do nível de agregação da obra.

Na coluna do "código" aparecerá o código do P/A, e o número sequencial da obra, ou seja de 0001 a 9999, para cada projeto/atividade.

Na coluna de "especificação" aparecerá o nome do P/A seguido de região ou município e da descrição das respectivas obras, juntamente com a sua unidade de medida (Km, m, etc.).

Na coluna "quantidade" será apresentada a quantificação da unidade especificada.

Na coluna "fontes" será especificada a origem dos recursos a serem dispendidos com a obra, se do Tesouro Estadual (T), e se Outras Fontes (OF). Se a obra tiver recursos de Tesouro e de Outras Fontes deverá aparecer uma linha com T e outra com OF.

Na coluna "valor" será apresentada a quantidade de recursos do Tesouro (T) e de Outras Fontes (OF) para cada obra.

ANEXO DO PROGRAMA DE OBRAS

[illegible]

preservação das reservas e de programas de reflorestamento, destinados à conservação dos recursos e à exploração comercial de forma racional.

o) Criação do Parque Estadual das Araucárias de forma a preservar a biodiversidade e ecossistema Floresta das Araucárias.

p) Continuidade ao Programa de Educação Ambiental, com objetivo de proporcionar à comunidade instrumentos para melhoria da qualidade de vida do Estado, a exemplo dos projetos "Lixo que não é Lixo", "Câmbio Verde", "Coleta e destinação final de resíduos hospitalares, agrícolas e industriais".

q) Expansão do programa de desenvolvimento das cidades, com vistas ao fortalecimento do poder local e do desenvolvimento sustentado, a exemplo de projetos como o de implantação de barracões industriais voltados aos micro e pequenos empresários.

r) Estudos de viabilidade técnica para o aproveitamento do Rio Ivaí, com a construção de Hidro-Elétrica e Eclusa.

s) Propiciar condições para preservação do Patrimônio Histórico e Ambiental e o desenvolvimento do turismo ecológico na região dos Campos Gerais e Sul do Estado.

III - Desenvolvimento Humano

a) Continuidade à descentralização hierarquizada do sistema de saúde de modo a criar um atendimento personalizado do paciente em todo o Estado, integrando a uma proposta global com vistas à vigilância, à saúde, a exemplo do Programa "Paraná + Saúde".

b) Recuperação, planificação e otimização da capacidade instalada de serviços na área de saúde.

c) Incremento das ações de suporte nas áreas terapêutica, de apoio diagnóstico e de desenvolvimento institucional.

d) Ampliação da assistência ambulatorial básica e especializada, assistência hospitalar local e referenciada e assistência farmacêutica.

e) Continuidade de implantação de Centrais de Marcação de Consultas especializadas, de leitos, de ambulâncias e de redes de apoio laboratorial.

f) Expansão do Sistema Integrado de Assistência ao Trauma e Emergência-SIATE.

g) Atendimento à criança, abrangendo as áreas de assistência social, esportes e lazer, educação e cultura.

h) Descentralização gradativa do sistema educacional, com a participação da comunidade, com maior autonomia e agilidade às escolas.

i) Continuidade ao Programa de Qualidade de Ensino de 1º e 2º Graus com:

- implantação de instrumentos necessá-

rios para aumentar a permanência do aluno na escola;

- implantação de programas culturais, de incentivo à criatividade, esportes e modelos educacionais alternativos;

- recuperação e otimização de uso dos equipamentos da educação;

- implantação de programas de treinamento e atualização em serviço para os profissionais da educação, voltados às realidades regionais;

- expansão do projeto "Vale Saber" aos professores que desenvolverem e aprimorem seus conhecimentos.

j) incentivo à criação de cursos profissionalizantes e universitários voltados às demandas de cada região.

k) Incentivo à consolidação de Universidades vinculadas às vocações regionais com participação da comunidade para a sua viabilização técnica, econômica, financeira e científica e, inclusive, estudos de possibilidade de implantação de Campus Avançados;

l) Continuidade à descentralização do Sistema Penitenciário do Estado através da construção de complexos penitenciários, além de programas de educação e capacitação à cidadania a exemplo do projeto "Prisões-Fábrica".

m) Continuidade aos programas na área de segurança pública fortalecendo a polícia ambiental, o batalhão de patrulhamento rural e a interação com segmentos da Polícia Federal para fiscalização de fronteiras; expansão do policiamento ostensivo para combate à violência urbana; implantação de módulos policiais e Delegacias especializadas nas cidades-pólo com a participação da comunidade.

n) Expansão dos programas de apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do trabalhador rural; de fomento às organizações comunitárias; de estímulo ao ofício; de atenção à pessoa portadora de deficiência; de atenção integral à família, às crianças, aos adolescentes e aos idosos, continuidade do programa "Formando o Cidadão", expansão de projetos sociais a exemplo de: Linhas de Ofício, Piás, etc..

o) Continuidade às atividades de esporte e lazer fundamentais à uma melhor qualidade de vida do cidadão, respeitando as características regionais e municipais na busca da transformação do seu cotidiano, a exemplo do programa "Esporte e Lazer 12 Meses".

p) Continuidade da política cultural, através do fortalecimento da memória e da identidade paranaense; recuperação e preservação do litoral, das edificações e sítios históricos; incentivo à pesquisa como meio de valorização e resgate pela história vivida pelo povo do Paraná; propiciar o acesso às informações culturais à comu-

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 251/95, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n° 51/95, que objetiva estabelecer disciplinamento legal para aposentadorias voluntárias em que se somem. Na contagem de tempo de serviço, períodos de efetivo exercício de magistério e períodos de outras atividades, adotando-se critério para proporcionalidade de tempo em cada modalidade em relação ao previsto nas alíneas "A" e "B", do inciso III, do art. 40, da Magna Carta e dá outras providências. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 251/95
REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Na hipótese de aposentadoria voluntária de professor, em que somem na contagem de tempo de serviço, períodos de efetivo exercício do magistério e períodos de outras atividades, adota-se o critério da proporcionalidade do tempo de serviço prestado em cada modalidade em relação ao tempo previsto nas alíneas "a" e "b", do inciso III, do art. 40, da Constituição Federal de 1988, e enquanto permanecer a redação atual.

Parágrafo único - Para aplicação do critério de proporcionalidade, somar-se-á, após a respectiva conversão, conforme a tabela a seguir:

I - MULHERES

tempo a converter	para 25 anos	para 30 anos
de 25	1,00	1,20
de 30	0,83	1,00

II - HOMENS

tempo a converter	para 30 anos	para 35 anos
de 30	1,00	1,16
de 35	0,85	1,00

Art. 2° - Não se aplica o critério de proporcionalidade, quando sem ele o servidor reunir condições de atingir o tempo necessário à aposentadoria voluntária, notadamente, quando:

I - o servidor somar tempo de serviço em efetivo exercício do magistério suficiente para aposentadoria especial, nos termos da alínea "b", do inciso III, do art. 40, da Constituição Federal de 1988, ainda que tenha período de tempo de serviço sujeito à regra da alínea "a", do mesmo art. 40;

Curitiba, quinta, em 29.06.95

II - o servidor tiver tempo de serviço suficiente para a aposentadoria nos termos da alínea "a", do inciso III, do art. 40, da Constituição Federal de 1988, ainda que tenha período de tempo de serviço sujeito à regra da alínea "b", do mesmo art. 40;

III - o servidor computar períodos de tempo de serviço sujeitos às regras das alíneas "a" e "b", do inciso III, do art. 40, da Constituição Federal de 1988, que somados de forma simples, isto é, sem o critério da proporcionalidade a cada alínea, sejam suficientes para concessão de aposentadoria na forma da alínea "a", do mesmo art. 40.

Art. 3° - o critério da proporcionalidade aplica-se única e exclusivamente para fins de aposentadoria voluntária a ser concedida pelo Estado do Paraná e:

I - não gera efeitos ou direitos de quaisquer outras ordens; e

II - não obriga outros órgãos ou entidades concedentes de aposentadoria que devam computar tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, na forma do § 3°, do art. 40, da Constituição Federal de 1988.

Parágrafo Único - É vedada a aplicação do critério da proporcionalidade para averbação de tempo de serviço nos registros funcionais do Estado do Paraná, bem como a aplicação do critério da proporcionalidade.

Art. 4° - A aplicação do critério da proporcionalidade depende de requerimento expresso do interessado, formulado juntamente com o pedido de aposentadoria.

Art. 5° - O tempo de serviço adquirido com base nos artigos 248 e 150, "caput", da Lei Estadual n° 6174, de 16 de novembro de 1970, não pode ser objeto da conversão prevista nesta lei.

Art. 6° - O tempo de serviço a ser convertido é apurado em dias, desprezadas as frações, somando-se ao tempo não convertido, também apurado em dias, sobre cujo total aplica-se a regra dos parágrafos 1° e 2°, do art. 132, da Lei Estadual n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Parágrafo Único - O período de atividades sujeito à regra da alínea "a" poderá ser convertido à regra da alínea "b", do inciso III, do art. 40, da Constituição Federal de 1988, ou vice-versa.

Art. 7° - A presente lei tem efeitos retroativos a 14 de setembro de 1994, data de publicação do Decreto Estadual n° 4.007.

Parágrafo Único - Corroboram-se as aposentadorias em cuja concessão houve aplicação do Decreto Estadual n° 4.007, de

14 de setembro de 1994.

Art. 8º - Não cabe revisão de aposentadorias concedidas anteriormente a 14 de setembro de 1994, para efeito de aplicação da presente lei.

Art. 9º - Aplicam-se os efeitos desta lei ao pessoal do Magistério conforme preceitua o inciso I, do art. 2º, da Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, num prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua publicação.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.07.95

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia para amanhã, sessão secreta que será presidida pelo Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. ALGACI TULLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria no encerramento desse período legislativo, na condição de líder do governo, de agradecer a todos os senhores parlamentares, independente de cores partidárias, pelo desempenho que tiveram nessa Casa, nesses primeiros 6 meses.

Acho que a Assembléia renovou, a Assembléia que trouxe para essa Casa, deputados que pela primeira vez aqui, chegaram, demonstraram a vontade e o interesse de fazer a coisa acontecer. E esta Assembléia, nestes primeiros seis meses, está demonstrando a vontade de cada um dos Srs. Parlamentares. Vejo que em apenas 6 meses estamos com 5 CPIs correndo pela Casa. Tivemos momentos importantes nesses primeiros 6 meses, quando aprovamos no início de seus trabalhos, a reforma administrativa aqui encaminhada pelo Governador Jaime Lerner. Esta Assembléia numa demonstração de respeito, também, a quem tem qualidades para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, nomeou praticamente por unanimidade, o Dr. Henrique.

Esta Assembléia recebeu aqui, Secretários de Estado, independente de convocação. Mas por iniciativa desta Liderança para que aqui viessem expor os planos de governo, o trabalho a ser feito em cada uma das secretarias. Trouxemos para cá vários Secretários.

E hoje estão aqui o Procurador do Estado; aqui está o Secretário de Estado Giovanni Gionédís; aqui está o Secretário Cássio Taniguchi que vieram aqui agradecer

aos Senhores Parlamentares em respeito a tudo aquilo que fizeram não ao Governador do Estado, mas ao Estado do Paraná por aquilo que a Assembléia contribuiu nesses primeiros 6 meses. E ainda há minutos atrás, quando tínhamos dúvidas todos nós, as próprias lideranças que tinham dúvidas em relação ao Projeto que envolve o magistério. Paralisamos esta Sessão com a aquiescência do Deputado Anibal Khury, e numa conversa, num entendimento entre os componentes da APP que aqui estão e registro aqui, nas presenças, do Mário Cedro Ferreira de Souza e da Dra. Mira Gonçalves, incluindo os demais que nos dão a presença aqui, no entendimento e no diálogo, chegamos, evidentemente, talvez a melhorar quase que em 80% o Projeto encaminhado pelo Poder Executivo. Sem criar arestas com APP, com o Poder Executivo ou com o próprio Tribunal de Contas.

Acho que a cada dia avançamos pelo diálogo, pela maneira com que esta Casa tem se portado. E espero, com toda sinceridade, que nos próximos 6 meses possamos, Sr. Presidente, continuar nesse trabalho de entendimento. Sem revanchismo político, mas, acima de tudo, o engrandecimento desta Casa naquilo que para cá é encaminhado para ser discutido e votado.

Por isso, Sr. Presidente, quando estamos encerrando este período legislativo e no momento em que esta Casa é mais uma vez valorizada, quando daqui sai um parlamentar para assumir o Governo do Estado do Paraná, quando, pela segunda vez, o Deputado Anibal Khury vai assentar à cadeira de Governador do Estado. É mais uma demonstração de respeito a esta Casa dedicado pelo Governo. Com a viagem do Governador Jaime Lerner, com a viagem, amanhã, da Governadora Emilia Belinati o Deputado Anibal Khury assumiu o Governo do Estado do Paraná. A Assembléia, mais uma vez, se sente valorizada.

Por isso, peço, aqui, humildemente a alguns companheiros que tivemos alguns atritos durante esses 6 meses, se não tivemos uma compreensão de 100%, acredito que tivemos um avanço extraordinário nas discussões que vieram para esta Casa. Parabéns a todos e no momento em que votamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em momento algum o governo procurou garropiar a Casa, permaneceu a Casa com suas prerrogativas e manteve-se o Executivo, também, com seus direitos. E isto é sinal de avanço.

Obrigado.

O SR. CAITO QUINTANA (Pela Ordem) - Quero, na continuidade do pronunciamento do Deputado Algaci Túlio, dizer em nome do PMDB - Partido de Oposição nesta Casa, de que procuramos neste 1º semestre desempe-

nhar nosso papel, estabelecendo, aqui, o contraditório, cobrando justificativas. E somos forçados a reconhecer o empenho do Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo, em esclarecer a esta Casa assuntos que nos faziam dúvida para votarmos. Conheço o espinhoso papel da liderança do Governo, Deputado Algaci Túlio, tenho a certeza absoluta que sempre a Oposição vai cobrar mais e mais e mais, mas reitero aqui o agradecimento aos companheiros de Bancada, a certeza que este período de recesso será um período de reflexão de cada um de nós, a certeza indiscutível de que no segundo semestre desta legislatura, estaremos da mesma forma exercendo a nossa função de Oposição, porque a Assembléia Legislativa é composta de Deputados aliados ao Governo, de Deputados contra o Governo, mas no estabelecimento deste contraditório, tenho certeza absoluta que contribuímos para o aperfeiçoamento do nosso Estado do Paraná e contribuímos pela forma do contraditório nos acertos do Governo.

Obrigado aos Senhores Parlamentares que brilharam neste primeiro semestre.

Assembléia produtiva, meus cumprimentos à Mesa pela forma democrática de condução dos trabalhos e cada vez mais eu me convenço de que a Assembléia é um grande internato.

Este dia-a-dia nos afasta como Partido, mas nos une como amigos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há Requerimento sobre a Mesa, de autoria do Sr. Deputado Edgard Bueno, dispensa de discussão e de votação dos projetos aprovados em 2ª discussão que não tenham sofrido emendas. **Aprovado.**

Vou agora - antes do Dr. Giovani usar da palavra para cumprimentar a Assembléia - transmitir o cargo de Presidente ao Doutor Luiz Carlos Zuk, que assumirá a chefia deste Poder até a próxima semana.

E convido os Senhores Deputados para a posse do meu Governo relâmpago.

Um abraço para vocês.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Assumindo a Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a proteção de Deus e auxílio de todos os colegas Deputados, desejamos ao nosso Governador, não digo relâmpago, mas Governador maravilha, como diz o Cássio Taniguchi, que realmente vai fazer com que o Estado do Paraná seja testemunha do que é o Anibal aqui no nosso meio e o será nessa fase pela qual ele assume o Governo do Estado do Paraná.

Com satisfação concedo a palavra ao

Curitiba, quinta, em 29.06.95

Líder do PP, ilustre Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero rapidamente ao final deste primeiro período legislativo do ano de 1995, deixar registrado nos Anais desta Casa que a experiência pessoal que me foi muito grata. Eu já havia passado por este Plenário, por esta Casa de 82 a 86, passei por Brasília, retornei a esta Casa e confesso que fiquei surpreendido com o nível, surpreendido positivamente com o nível das discussões, com o nível de relacionamento entre as Bancadas, entre os Parlamentares, entre a Mesa Executiva e os Parlamentares e, sobretudo, sobre este perfeito entrosamento, diálogo, e as vezes até discordâncias que há entre este Poder e o Governo do Estado.

Hoje teremos a oportunidade de ver um Parlamentar como nós, o Deputado Anibal Khury, assumindo o Governo do Estado. Que coroa, que fecha com chave de ouro este primeiro semestre de atividades, numa demonstração que o Paraná dá a todo o Brasil de como devem ser conduzidas as coisas públicas a nível de administração do Estado do Paraná no relacionamento do Poder Executivo e Poder Legislativo. Quero registrar o agradecimento a minha valorosa e querida bancada do Partido Progressista. Passamos por enormes dificuldades, num primeiro momento a respeito do nosso posicionamento em relação ao Governo, ser ou não ser bancada de apoio ao Governo. Com muita dificuldade, mas com muita serenidade e tranqüilidade o processo fluiu naturalmente para que apoiássemos o Governo do Estado, com independência, com seriedade, e essa nossa posição tem que ser registrada nas votações aqui na Casa, as que contribuímos para a Casa e para o Estado do Paraná.

A Bancada do PP que conta com dez valerosos Parlamentares, entre eles a única Deputada, a nossa querida Deputada Irondi Pugliesi, procurou fazer o possível e o impossível para ajudar a Assembléia e ajudar o Paraná. Registrar o esforço do Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, que sempre na base do diálogo, do entendimento, procurou fazer com que os trabalhos da Casa também correspondessem às expectativas do povo do Paraná.

E por fim, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, acho que cumprimos com o nosso papel, e esperamos que no segundo semestre os trabalhos continuem profícuos como foram no primeiro, ou ainda mais, até porque é natural, segundo semestre vai ser naturalmente mais complicado, vem final de ano, vem a possível reforma partidária, vem reforma tributária, uma série de as-

suntos importantíssimos que vão depender muito do nosso trabalho e da nossa atenção aos trabalhos que aqui chegarão.

Saudar a presença dos Secretários de Estado, que numa demonstração de prestígio comparecem a esta Casa, o que nos honra, e dizer através dos Secretários de Estado, ao Governo do Estado que a Bancada do PP está a postos para auxiliá-lo naquelas propostas de interesse do povo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Secretários, Cassio e Giovanni.

Apenas para ratificar da mesma forma como já fez o Líder do Governo, Algaci Túlio, e o Líder do PP, Deputado Sérgio Spada, nós na qualidade de Líder do Partido da Frente Liberal, também com a presença na Sessão de hoje do Procurador Geral do Estado, Doutor Schulmann, dizer que esse primeiro período legislativo do exercício de 1995 sem sombra de dúvida foi um período diferente, após doze anos de condução do Governo do Estado por Governos que eram alinhados de uma mesma ideologia, ou do mesmo Partido, o Paraná a partir de 95 tem uma nova administração com o Jaime Lerner e Família Belinati. E já dizia o Jaime Lerner e a coligação que elegeu esse Governador, PDT, PSDR, PTB e PFL, Paraná Novos Caminhos.

Seis meses se passaram, sabemos das dificuldades que existem na própria vida Pública em qualquer nível, do Governo Federal, Governo Estadual, e mesmo do Governo Municipal. Mas no Governo Estadual, em especial a quem nos referimos neste momento, as dificuldades foram grandes e continuam grandes, o Governo Jaime Lerner quando assumiu, as dificuldades foram grandes com o plano real lançado, e não podemos negar isso, existe uma crise no Brasil hoje em todos os setores.

Mas o Paraná felizmente não parou, o Paraná nesses seis meses tem demonstrado à nossa sociedade que é possível fazer uma coisa quando existe uma vontade. E nós até poderíamos ir mais longe, usar a própria frase que Jaime Lerner usou na campanha, logo no início: - "Aonde há uma vontade não existe dificuldade." E o Governo do Paraná, através da sua equipe administrativa, tem essa vontade de trabalhar, em favor de nosso Estado. E nós, Deputados, não só da nossa Bancada, mas de todas as Bancadas, independente de partido, respeitamos os opositores do Governo do Estado, como agradecemos os Deputados que são alinhados ao Governo do Estado.

O Governador Jaime Lerner, nestes seis meses, tentou imprimir um novo ritmo em nosso Estado e tem conseguido realizar al-

gumas coisas em parceria com os municípios, com o Governo Federal. E diga-se de passagem, é pela primeira vez, na História, que me lembro, como Deputado Estadual, que o Governo do Estado se preocupa com o Governo Federal. O Governador Jaime Lerner tem procurado os Deputados Federais, em Brasília, para se unirem em torno do nosso Estado. E isso que nós precisamos! E na Assembléia Legislativa esperamos que aconteça o mesmo, para que nós nos unamos em torno dos interesses dos projetos que venham a atender a nossa sociedade.

Então nós, como líder do nosso Partido, a Bancada do PFL, enaltece o trabalho do Governador e esperamos que neste 2º semestre e nos outros 3 anos que restam, aonde o Governador Jaime Lerner estará à frente da administração pública do nosso Estado, junto com a sua equipe administrativa, dêem exatamente este respaldo para nosso Governador e para a sociedade, acima de tudo, seja privilegiada.

Sabemos e já falamos hoje que no mês de maio tivemos uma queda na Receita, de 7,5% da Receita do Estado, em valores de 10 milhões de reais. Isso é uma soma considerada muito grande! Sabemos que no Governo passado, e a Assembléia tem aprovado a venda ações da COPEL, que não foram efetivadas e que dificilmente serão efetivadas, porque a lei limita as vendas no mínimo em 90% do seu valor patrimonial e no máximo tem chegado em algo em torno de 70%. E a maioria dos recursos para as obras, já empenhados, já concretizados, já assinados, tiveram sua origem na própria venda das ações da COPEL, por isso Jaime Lerner encontra dificuldades.

Mas felizmente, Jaime Lerner, como homem que tem visão, um homem que tem credibilidade, é neste momento ele está no exterior, procurando recursos para nosso Estado. E nós, como Deputados, devemos dar a mão à palmatória, a um homem que tem credibilidade.

Jaime Lerner contará com o nosso apoio e oxalá que o Paraná realmente caminhe para seus Novos Caminhos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Secretários de Estado aqui presentes.

Desejo também manifestar meus votos de congratulações aos Srs. Deputados, por estes seis meses de trabalho, na Assembléia Legislativa, dos quais uma parcela significativa, ou seja 50% participaram durante 5 meses, já que empossados foram no dia 1º de fevereiro.

Dizer da alegria que tivemos de poder participar, nestes 6 meses, ainda um mês como Presidente da Casa, e ter podido contribuir, de alguma forma, para que o Paraná caminhasse os caminhos que vem caminhando.

Dizer da minha alegria, Deputado Zuk, de vê-lo assumindo a Presidência da Casa, e de ver nosso Presidente Anibal Khury assumindo o Governo do Estado do Paraná, mesmo que por 2, 3 dias. Nós já tivemos a oportunidade de também viver esta experiência de ser o Governador do Estado, por uma semana, quando nosso Governador Mário Pereira, foi aos Estados Unidos firmar convênios, para que pudesse o Paraná continuar seus programas de obras, dando sequência às ações de governos anteriores, e deixando para o Governo futuro coisas encaminhadas e que resultam, já, neste momento decisões em favor do Paraná, já que hoje temos o nosso Governador Jaime Lerner, nos Estados Unidos, firmando convênios que já, naquela ocasião, se entabulava, se conversava, se negociava.

Fico contente também porque na condição de Presidente da Casa, pudemos instituir no Sul do nosso país o Conselho Parlamentar do Sul e tenho acompanhado as gestões que V.Exa., Presidente Zuk, na condição de vice-Presidente dessa Casa, sempre representando o Poder Legislativo, tem desenvolvido gestões essas que vêm no fortalecimento desta Assembléia e das Assembléias de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Fico satisfeito porque realmente esses primeiros meses de 95, esses 6 meses, porque a Assembléia, pode-se dizer que trabalhou os 6 meses, já que no mês de janeiro tivemos duas convocações extraordinárias e no mês de fevereiro praticamente trabalhamos ele todo.

Dizer que realmente entendo que a Assembléia está se colocando numa posição muito boa, tem trabalhado, tem buscado resolver os problemas do Paraná e tem se manifestado realmente nos assuntos que interessam ao nosso Estado.

Na condição de Presidente do Bloco Agropecuário quero manifestar o meu agradecimento aos Senhores Deputados que contribuíram de forma decisiva para que pudessemos aqui na Assembléia Legislativa, ao lado da Comissão de Agricultura, presidida pelo Deputado Augustinho Zucchi, ter uma trincheira permanente de defesa aos interesses dos agricultores, pecuaristas, homens e mulheres trabalhadores do meio rural.

Dizer que em todos os momentos que o setor agrícola dependeu da Assembléia Legislativa, aqui encontrou suas portas abertas e dessa forma pretendemos permanecer, ajudando esse Poder no seu engrandecimento e defendendo os interesses daque-

Curitiba, quinta, em 29.06.95

les que nos elegeram.

Parabéns a V.Exa. pela presidência da Casa nesse momento e espero que em outras ocasiões possa V.Exa. assumir a Presidência e o Deputado Anibal Khury assumir o Governo, porque tudo isso demonstrará o perfeito entrosamento que há, não só dentro do Poder Legislativo, mas também do Legislativo com o Executivo paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Jocelito Canto, inscrito anteriormente e posteriormente ao Deputado Nelson Justus, e em seguida ao Deputado Cezar Silvestri, queríamos agradecer as palavras do ilustre Deputado Orlando Pessuti e dizer que o Conselho Parlamentar do Sul não só e tão somente reforçou as Assembléias Legislativas desses Estados, mas como deu meios pelos quais os quatro Senhores Governadores, inclusive a nossa Governadora em exercício que no dia de amanhã estará na Argentina, na posição do MERCOSUL, defendendo os interesses de nós todos e principalmente do Brasil, fez com que novos elementos, novos subsídios e principalmente novos caminhos o Paraná encontrasse a saída que todos esperamos.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaríamos de dizer algumas palavras curtas e objetivas. Agradecer aos Deputados que nos ajudaram nesse período, nós que nunca havíamos participado publicamente como candidato eleito e agora como político. Fizemos com que pudessemos participar dos atos dessa Casa. Quero agradecer aqueles que entenderam e me desculpassem se em alguns momentos algum exagero aconteceu, mas são coisas de um jovem que está aprendendo a fazer política.

Gostaríamos de dizer que estaremos aqui firmes para continuar trabalhando, lutando pelo Paraná, pela nossa região e lutando para que a cada dia que passe, a administração do Governador Lerner possa ser uma administração-exemplo.

É claro que em determinados momentos, todo bom parlamentar não deve só concordar. Ele deve discordar, quando achar que não está bem e é isso que prefiro discordar diante dos microfones, diante de todos do que aqui dizer uma coisa e lá na minha região, dizer outra.

Então prefiro discordar publicamente e discordar de alguns fatos quando achar que não, mas tenho um grande compromisso, compromisso de ajudar a fazer desse Estado o melhor estado do Brasil, - se já não é - e parabenizar o nosso Presidente e pela primeira vez na história de Ponta Grossa, te-

mos na mesa, o ilustre Presidente Luiz Carlos Zuk, assumindo o comando da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: finalmente Ponta Grossa começa a aparecer e isso é muito bom para nós e para toda a região.

Senhores Deputados, muito obrigado e estaremos prontos para continuar o trabalho na sequência do recesso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passar a palavra ao Líder do PTB, Deputado Nelson Justus, sabemos perfeitamente o que o ilustre Deputado Jocelito Canto quis antever a todos nós.

Imaginemos nós que se ele, realmente, está aprendendo o que ele já fez ou que ele fará no futuro.

Com a palavra o Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito pouco me resta dizer nesta oportunidade, mas não poderia deixar passar, aqui, Sr. Presidente, um agradecimento muito especial e os cumprimentos como Líder do PTB, principalmente aos novos Deputados. Quero cumprimentar e tomo a liberdade para cumprimentar em nome dos Deputados veteranos aqueles Deputados que, pela primeira vez, se somaram a nós - um pouco mais veteranos, e com certeza engrandecem este Poder Legislativo e contribuem não só pela sua independência mas pela sua autoridade.

Meus cumprimentos muito especiais a estes novos companheiros que vieram se somar a nós.

Por outro lado queria, como Presidente da Comissão de Orçamento, fazer um agradecimento muito especial ao Secretário do Planejamento, Dr. Cassio Taniguchi, que nos ajudou muito na elaboração da LDO muito bem relatada pelo eminente companheiro Durval Amaral. Numa demonstração viva de que, efetivamente existe um entrosamento, um entrelaçamento entre o Executivo e o Legislativo.

Também quero desejar ao nosso Presidente, Anibal Khury, felicidades ao assumir o Palácio Iguagu, hoje, e dizer, em tom de brincadeira, é claro, que não imaginava que o PTB assumisse o Palácio Iguagu tão cedo.

Muito obrigado, felicidades a todos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Cezar Silvestri, Líder do PSDB.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. Deputados.

E com grande alegria que encerramos esse período legislativo e nós participa-

mos já da legislatura anterior, pudemos constatar o grande empenho de todos os Deputados e quero aqui ratificar as palavras do Líder do PTB, Deputado Nelson Justus, com relação aos novos Deputados. Tivemos nesses 6 meses uma grande participação na presença de todos os Deputados, todos procurando debater todos os assuntos, buscando o melhor caminho para o Paraná.

Nós do PSDB que assumimos um compromisso conjunto com o Governador Jaime Lerner já na campanha eleitoral, nos sentimos co-responsáveis com o Governo Jaime Lerner. E assim estamos atuando dando apoio e sustentação, aqui, nesta Casa. Queremos continuar dando apoio ao Governo Jaime Lerner porque achamos que ele está no caminho certo, e que fará um grande governo sem dúvida nenhuma para todo o Paraná.

Quero também enaltecer o bom relacionamento, com raríssimas exceções, temos um ótimo relacionamento com todos os secretários e também com o próprio Governador Jaime Lerner.

E para finalizar, quero parabenizar não somente o nosso Presidente Anibal Khury, mas parabenizar a esta Casa que hoje assume o Governo do Estado. Numa demonstração de um ótimo relacionamento entre o Governo do Estado do Paraná com a Assembleia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de concedermos a palavra ao Ilustre Secretário Giovani Gionedis, queremos alertar os Srs. Deputados para os seguintes avisos: na tarde de hoje às 14:00 horas reunião da CPI da SANEPAR, às 16:00 horas posse do nosso Ilustre Presidente como Governador do Estado do Paraná, Anibal Khury, no Palácio Iguagu.

Amanhã, Srs. Deputados, às dez horas da manhã, sessão secreta aprovada por requerimento do Ilustre Deputado Caíto Quintana.

E nesta oportunidade aviso ao nosso serviço de som, bem como os demais serventuários deste Poder que exercem os seus préstimos dentro deste Plenário, no caso as nossas taquígrafas que também estão dispensadas, o som e também os nossos ilustres homens da imprensa. Amanhã, aqui no Plenário, as 10:00 horas, sessão secreta tão somente ao Secretário, ao Presidente do BANESTADO, aos seus assessores e aos Senhores Deputados.

Hoje ainda, as 17:30 dezoito horas e trinta minutos o coquetel lá na Avenida Manoel Ribas, na Vinícola Dorigon, no número 5.108, fazendo com que este convite seja extensivo também ao senhores funcionários de seus gabinetes.

E amanhã ainda teremos a oportunidade que já estava antecipadamente marcada a

homenagem da Colônia Árabe ao Ilustre Deputado Anibal Khury, bem como também endossada pela Colônia Hebraica e todos os senhores Deputados.

Terça-feira que vem, às 14:30 horas, a CPI do Porto de Paranaguá anunciada neste instante pelo Líder do Governo, Algaci Túlio, Presidente da dita Comissão.

Representando nosso Procurador Schulmann, o nosso Secretário Cássio, falará neste instante o Sr. Giovani.

O SR. GIOVANI - Excelentíssimo Presidente em exercício da Assembléia Legislativa, Deputado Luiz Carlos Zuk; Excelentíssimo Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo nesta Casa de Leis; Excelentíssimo Deputado Valdir Rossoni, Líder do PDT; Excelentíssimo Deputado Cezar Silvestri, Líder do PSDB; Excelentíssimo Deputado César Seleme, Líder do PPR; Excelentíssimo Deputado Caio Quintana, Líder do PMDB; Excelentíssimo Deputado Sérgio Spada, Líder do PP; Excelentíssimo Deputado Nelson Justus, Líder do PTB; Excelentíssimo Deputado Elio Rusch, Líder do PFL; Excelentíssimo Deputado Jocelito Canto, Líder do PSC; Excelentíssimo Deputado Ângelo Vanhorni, Líder do PT, Deputados componentes da Mesa Executiva, Srs. Deputados, demais autoridades aqui presentes, Senhores e Senhoras.

Não viemos aqui para fazer discurso. Em nome do Governador Jaime Lerner e do Poder Executivo, e a pedido do Governador e da Governadora Emilia Belinati que se encontra em Cascavel, nos fazemos presentes, eu, o Secretário do Planejamento, Cássio Taniguchi, e Dr. Ronald Schulmann, Procurador Geral do Estado, mais como uma visita de cortesia para em nome do tão propalado em discursos de posse, tanto do Governador, como do Presidente da Assembléia, da harmonia dos três Poderes e do entrosamento que esta harmonia tem obtido com todos os Poderes. Reconhecer e agradecer o esforço dos Senhores Deputados nestes primeiros seis meses de Governo, independentemente de partidos políticos fizeram com que as relações com o Poder Executivo fossem as melhores possíveis.

Esperamos que esta convivência independente mas harmônica se repita ao longo de todo o Governo, porque assim só estará ganhando o povo do Paraná.

Não quero me estender no discurso porque não sou homem de discurso, sou um homem mais prático mas quero deixar claro o reconhecimento do Poder Executivo pelo trabalho de todos os Senhores Deputados nesta primeira legislatura.

Espero que tenham o merecido descanso nesse mês de julho para que em agosto reiniciem com todo o vigor suas atividades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrando a nossa reunião em nome do Poder Legislativo agradecemos a visita do Poder Executivo, bem como hoje exercendo o Executivo o Deputado Anibal Khury, nós temos a satisfação que realmente esse entrosamento continue na harmonia entre os Poderes constituídos, e nesta visita, que ela se repita por outras vezes, e também naquelas presenças dos Secretários de Estado para o entendimento dos Srs. Deputados nas convocações a serem feitas.

Aos ilustres Líderes que aqui se pronunciaram o agradecimento da Mesa Executiva pelo atendimento, pelo discernimento e pelo ordenamento de todas as matérias que aqui foram votadas nesse primeiro semestre dessa legislatura.

E mais uma vez, reforçando, amanhã Srs. Deputados, às 10:00 horas a Sessão com o Secretário de Finanças e o nosso Presidente do BANESTADO.

A todos, o nosso muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA ATA DA 2.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de um mil, novecentos e noventa e cinco, na sala de Reunião das Comissões, reuniram-se os membros da Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Deputado Péricles Mello e com os Senhores Membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 037/95 de autoria do Deputado Nelson Tureck. Relator Deputada Irondi Pugliesi. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) PERICLES H. MELLO - Presidente
Richard R. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA ATA DA 5.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de junho de um mil, novecentos e noventa e cinco, na sala de Reunião das Comissões, reuniram-se os membros da Comissão de Educação, Cultura e Esportes sob a presidência do Deputado Péricles Mello e com os Senhores Membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 036/95 de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 146/95 de au-

toria do Deputado Antonio Annibelli. Relator Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) PERICLES H. MELLO - Presidente
Richard R. Sotto Maior - Secretário